



Boletim Informativo nº 89/2025

Brasília, 31 de julho de 2025

SESSÃO DE REVISÃO DE 31 DE JULHO DE 2025

Destaques apreciados na 659ª Sessão Ordinária de Revisão, realizada em 31 de julho de 2025:

CONFLITO NEGATIVO DE ATRIBUIÇÕES. SUSCITANTE: 4º OF-GAB/MAGS (PR/AL). SUSCITADO: (9º OF-GAB/JASRC (PR/AL). AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MEIO AMBIENTE. DANO SUPERVENIENTE. BRASKEM. REVISÃO DE ACORDO HOMOLOGADO. ATUAÇÃO DO MPF. CRITÉRIO DA PREVENÇÃO POR CONEXÃO. RESOLUÇÃO PR/AL 02/2018. OBSERVÂNCIA DE PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. ATRIBUIÇÃO DO SUSCITADO

Número: [JF-AL-ACP-0802132-37.2024.4.05.8000](#)

Voto nº: [1462/2025/4ª CCR](#)

Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra

RECURSO AO CIMPF. RECONSIDERAÇÃO. NOTÍCIA DE FATO CRIMINAL. MEIO AMBIENTE. FLORA. SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO. BIOMA AMAZÔNICO. FISCALIZAÇÃO REMOTA, VIA SATÉLITE. INSUFICIÊNCIA DE ELEMENTOS DE PROVA DA AUTORIA. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO E AFASTAMENTO DA DETERMINAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE NOVO PROCEDIMENTO CÍVEL.

Número: [NF - 1.20.002.000145/2025-17](#)

Voto n.: [1942/2025/4ª CCR](#)

Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra

INQUÉRITO CIVIL. MEIO AMBIENTE. MINERAÇÃO. GRANITO. AUSÊNCIA DE AVALIAÇÃO DO POTENCIAL ARQUEOLÓGICO. SUPRESSÃO IRREGULAR DE VEGETAÇÃO. ATIVIDADE LICENCIADA PELOS ÓRGÃOS COMPETENTES. PROPOSTA DE RECUPERAÇÃO DA ÁREA DESMATADA. TAC. SEM REGISTRO DE DANO A BEM OU INTERESSE DA UNIÃO. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.

Número: [IC - 1.26.000.001605/2023-51 - CÍVEL - TUTELA COLETIVA](#)

Voto n.: [1503/2025/4ª CCR](#)

Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra

NOTÍCIA DE FATO CÍVEL. MEIO AMBIENTE. FAUNA. MAUS-TRATOS A ANIMAIS SILVESTRES. ATAQUES ÀS TARTARUGAS MARINHAS. ANIMAIS COMUNITÁRIOS. MATILHAS DE CÃES DE RUA. MUNICÍPIOS LITORÂNEOS DE SERGIPE. MORTE DE ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO. PROJETO TAMAR. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS. OMISSÃO DAS AUTORIDADES LOCAIS. AUSÊNCIA DE



POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS PARA REMOÇÃO E REALOCAÇÃO DE CÃES ERRANTES. DANOS DIRETOS A INTERESSE DA UNIÃO. COMPETÊNCIA FEDERAL. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES.

Número: [NF - 1.35.000.000392/2025-01 - CÍVEL - TUTELA COLETIVA](#)

Voto nº: [1437/2025/4ª CCR](#)

Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra

NOTÍCIA DE FATO CÍVEL. MEIO AMBIENTE. ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. Córrego São Vicente. Exército Brasileiro. Recuperação Ambiental. Medidas Corretivas. Ausência de Irregularidades. Homologação do Arquivamento.

Número: [NF - 1.21.000.001083/2025-35](#)

Voto n.º: [1764/2025/4ª CCR](#)

Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. MEIO AMBIENTE. MINERAÇÃO. LICENCIAMENTO. PROCESSOS MINERÁRIOS ANM. CONCESSÕES SOBREPOSTAS À UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA. Parque Estadual Mata do Limoeiro. Estado de Minas Gerais. Retificação das Concessões de Lavra. Ausência de Ilícitos. Homologação do Arquivamento.

Número: [PP - 1.22.000.000884/2025-46 - CÍVEL - TUTELA COLETIVA](#)

Voto nº: [1504/2025/4ª CCR](#)

Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO. MEIO AMBIENTE. MINERAÇÃO. BARRAGEM. Bom Jardim. Descaracterização Concluída. Estrutura sem Característica de Barragem. Monitoramento Ativo. Desnecessidade de Acompanhamento pelo MPF. Homologação do Arquivamento.

Número: [IC - 1.22.000.002135/2022-19 - CÍVEL - TUTELA COLETIVA](#)

Voto nº: [1690/2025/4ª CCR](#)

Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra

NOTÍCIA DE FATO CRIMINAL. MEIO AMBIENTE. FLORA. SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO. Mata Atlântica. Espécie Ameaçada de Extinção. Ausência de Transnacionalidade da Conduta Delitiva. Atribuição Estadual. Homologação do Declínio de Atribuições.

Número: [NF - 1.29.000.006775/2025-81 - CRIMINAL](#)

Voto nº: [1972/2025/4ª CCR](#)

Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra



ACORDOS DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL - ANPPs:

INCIDENTE DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (ANPP) NO CURSO DA AÇÃO PENAL. MEIO AMBIENTE. FLORA. SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO. BIOMA MATA ATLÂNTICA. DELITOS DOS ARTIGOS 38 E 38-A DA LEI 9.605/98. NOTIFICAÇÃO PARA ANPP NA FASE PRÉ-PROCESSUAL. AUSÊNCIA DE RESPOSTA. DESINTERESSE DO RÉU. ART. 28-A, § 14, CPP. NÃO CABIMENTO DE NOVA PROPOSTA DE ANPP.

Número: [JFRJ/VTR-5001817-30.2023.4.02.5104-AP](#)

Voto n.: [1759/2025/4ª CCR](#)

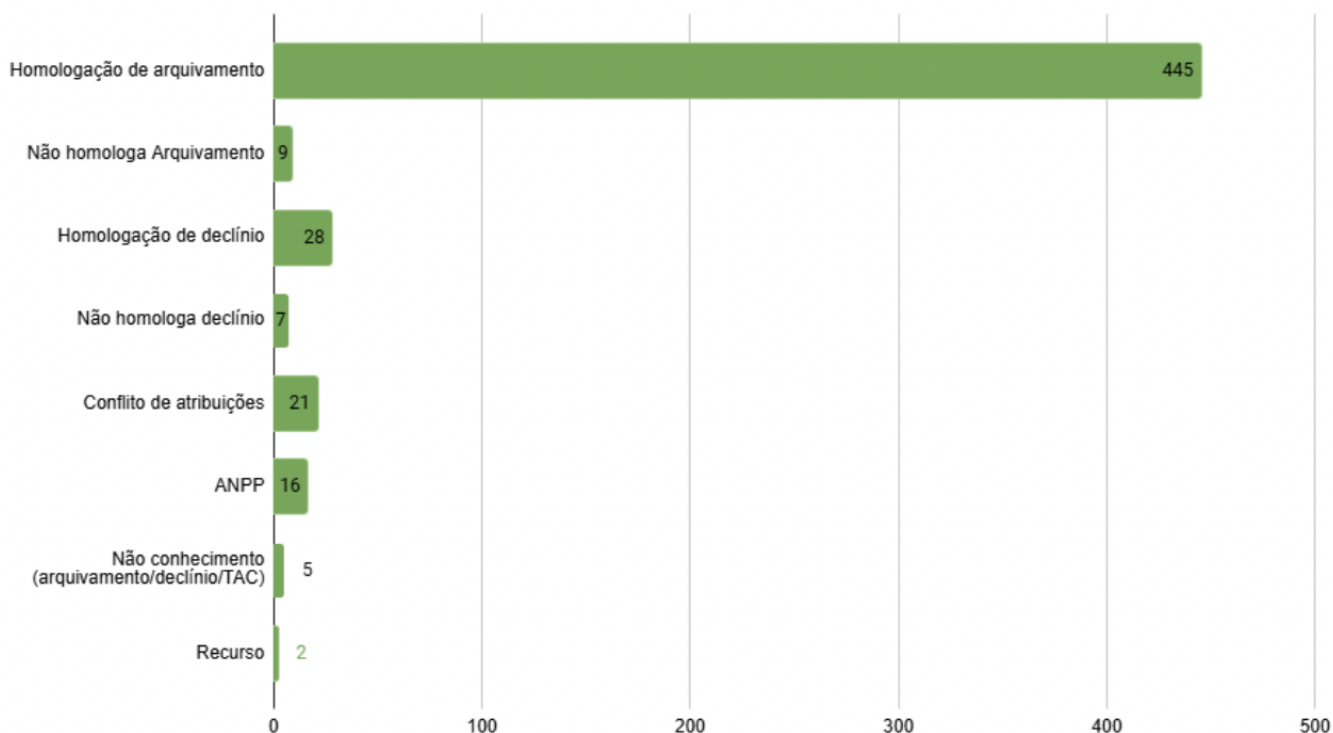
Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra



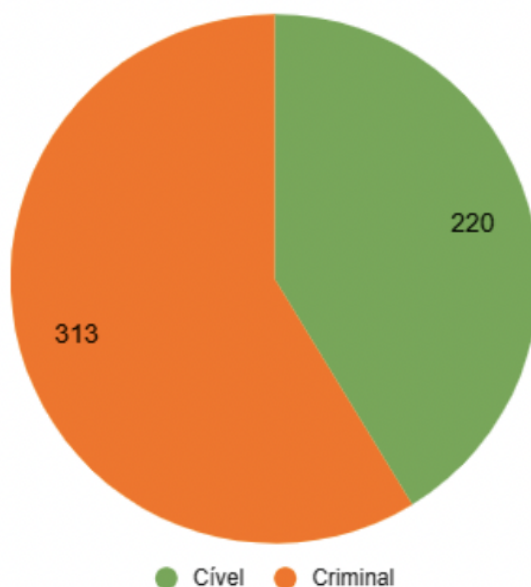
ESTATÍSTICA DA REVISÃO

Total de processos apreciados: 533

Quantitativo de processos julgados na 659ª SO (533 procedimentos no total)



659ª SO





55ª SESSÃO DE COORDENAÇÃO DE 31 DE JULHO DE 2025

Destaques da Coordenação:

Entrega de Nota Técnica Conjunta 4ª CCR, 6ª CCR E PFDC ao Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, contendo sugestões de vetos ao **PL do Licenciamento Ambiental (PL n.º 2.159/2021)**. **A nota afirma que o PL enfraquece a política ambiental do país, viola a Constituição Federal e o princípio de vedação ao retrocesso socioambiental, comprometendo ainda princípios cruciais como os da precaução, prevenção, participação social e o reconhecimento de direitos territoriais.**

[\(clique aqui para acessar a Nota Técnica Conjunta 4ª CCR, 6ª CCR E PFDC\)](#)

[\(clique aqui para acessar a Nota Pública 4ª CCR, 6ª CCR\)](#)

[\(clique aqui para acessar a notícia da secom\)](#)

Novo titular para o 10º OCITA - Apoio a Grandes Casos Ambientais do MPF.

O Procurador Regional da República Paulo Roberto Berenger Alves Carneiro será o novo titular do 10º Ofício Administrativo de Coordenação e de Integração – Apoio a Grandes Casos Ambientais. O membro foi selecionado por meio do Edital 4ª CCR nº 9, de 23 de julho de 2025, com resultado homologado pelo colegiado da 4ª CCR na 55ª Sessão Ordinária de Coordenação.

MPF na COP 30

Reunião entre a 4ªCCR, 6ªCCR, SCI e SECOM com foco no planejamento e coordenação dos eventos do Ministério Público Federal (MPF) relacionados à COP 30. O encontro teve como eixos principais: a organização de um evento Pré-COP30 na Procuradoria da República no Pará (PR-PA) entre os dias 20 e 24 de outubro.

[\(clique aqui para acessar a ata da reunião\)](#)



Participação da coordenadora da 4CCR na abertura do Seminário “Hipossuficiência e Patrimônio Cultural: uma agenda de pesquisa atravessada pela judicialização”, organizado pelo IPHAN. A coordenadora destacou a importância de casos práticos para entender como o MP lida com a judicialização e celebra Termos de Ajustamento de Conduta (TACs). Abordou-se ainda questões que envolvem a vulnerabilidade social de comunidades em áreas tombadas, ressaltando a necessidade de conciliar a proteção do patrimônio com o direito à moradia dessas pessoas.

Acesse a gravação do evento no Canal do IPHAN no Youtube:
<https://www.youtube.com/watch?v=HjqEFP5XO44>

A 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF (4ª CCR) realizará o I Encontro de coordenadores de Grupos de Trabalho e membros titulares de OCITAs da 4ª CCR, que ocorrerá no dia 7 de agosto de 2025 (quinta-feira), das 8h30 às 17h, no Espaço Multiuso da Procuradoria Geral da República (PGR), em Brasília. O encontro terá transmissão ao vivo pelo aplicativo Zoom.

Participação on-line pelo link do Zoom: <https://mpf-mp-br.zoom.us/j/87103542165>
([clique aqui para acessar a programação](#))



Informações atualizadas dos Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal:

Câmara dos Deputados

Projeto de Lei (PL) nº 3927/2024

"Dispõe sobre os critérios para a concessão de incentivos fiscais e concessão de terrenos públicos para empresas do setor agroindustrial, com o objetivo de promover a livre iniciativa, o desenvolvimento e a redução das desigualdades sociais e regionais, e dá outras providências".

Autor: Deputado Delegado Caveira (PL/PA)

Posição: Apresentado o [parecer da relatora](#), Deputada Roberta Roma (PL/BA), pela aprovação do PL, na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (1ª Comissão do despacho).

- 08/07/2025 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) - Devolvido pela relatora.

Projeto de Lei (PL) nº 6443/2013

"Altera o § 2º do art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para permitir a doação de madeira de origem ilegal, apreendida pela autoridade ambiental competente, para programas de interesse social definidos pelo poder público".

Autor: Senado Federal - Senador Mário Couto (PSDB/PA)

Posição: Apresentado o [parecer da relatora](#), Deputada Coronel Fernanda (PL/MT), na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PL nº 6443/2013 e dos apensados, na forma do Substitutivo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com Subemenda Substitutiva.

Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18/2025

"Altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública".

Autor: Poder Executivo

Posição: Foi aprovado o parecer nº 01, do relator, Deputado Mendonça Filho (UNIÃO/PE),



pela admissibilidade, com duas emendas supressivas, da PEC nº 18/2025 - Segurança Pública, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados. A PEC, que estava prevista para ser apreciada amanhã (16/07), foi incluída extra-pauta, após acordo dos membros da Comissão. A matéria segue para apreciação de Comissão Especial, que deverá ser criada pelo Presidente da Câmara dos Deputados.

[Projeto de Lei \(PL\) nº 2159/2021 \(Anterior: PL 3729/2004\)](#)

"Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências".

Autor: Deputado Luciano Zica (PT/SP) e outros

Posição: A matéria segue para sanção presidencial.

Apresentação do Autógrafo ([Inteiro teor](#))

Ofício nº 461/2025/PS-GSE, que encaminha a Mensagem nº 24/2025-SGM-P ([Inteiro teor](#))

Remessa dos Autógrafos à sanção por meio da Mensagem nº 24 /2025. ([Inteiro teor](#))

Remessa do Ofício nº 462/2025/PS-GSE ao Senado Federal, comunicando envio à sanção [Inteiro teor](#)

Senado Federal

[Projeto de Lei nº 3339/24](#)

"Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), para agravar penas cominadas a crimes ambientais, proibir a contratação com o poder público e o recebimento de recursos públicos no caso de uso irregular do fogo e estabelecer circunstâncias agravantes nos casos que especifica"

Autor: Deputado Federal Gervásio Maia (PSB/PB)

Posição: O PL está com o Relator , Sen. Marcos Rogério, na Comissão de Meio Ambiente, aguardando relatório.

[Projeto de Lei nº 3364/2024](#)

"Altera os arts. 54 e 58 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para qualificar os crimes de poluição que resultem em alteração ou destruição de ecossistemas, aumentar as penas dos crimes de poluição e estabelecer como majorante desses crimes a conduta com motivação política ou mediante paga ou



promessa de recompensa"

Autor: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)

Posição: O parecer do relator Paulo Paim (PT/RS) foi aprovado no dia 01/06 na Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal. A matéria segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

- 01/07/2025 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
- Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR - Ação: Matéria aguardando distribuição.

Projeto de Lei nº 2128/2019

"Altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, a fim de fixar os requisitos para a dispensa de registro e a internalização dos imunobiológicos, inseticidas, medicamentos e outros insumos estratégicos quando adquiridos por intermédio de organismos multilaterais internacionais, para uso em programas de saúde pública pelo Ministério da Saúde e suas entidades vinculadas.", na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Posição: Foi designado como relator o Senador Humberto Costa (PT/PE) ao Projeto de Lei nº 2128/2019 na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

- 23/06/2025 - CAS - Comissão de Assuntos Sociais - Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA - Ação: Redistribuído ao Senador Humberto Costa, para emitir relatório.